



## **SE É EDUCAÇÃO, POR QUE TEM QUE SER INCLUSIVA? A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADE NO ENSINO SUPERIOR**

Ruan Carlos Sansone [\*]; Dinora Tereza Zucchetti [\*\*]; [\*\*\*] Rosemari Lorenz Martin

Este artigo aborda a questão "Se é educação, por que tem que ser inclusiva?", focando na inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas. O eixo central do estudo problematiza o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, além de discutir concepções de educação inclusiva à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). O artigo defende a nomenclatura "pessoa com necessidade específicas" para designar o público-alvo das políticas inclusivas, oferecendo justificativas técnicas, teóricas e políticas para os processos de inclusão e permanência desses indivíduos na educação superior. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, abrangendo produções científicas publicadas entre 2016 e 2020. Esse recorte temporal permite uma análise teórica e crítica das produções que tratam da problemática da Educação Inclusiva no ensino superior. O estudo evidencia os principais desafios e avanços na implementação de políticas inclusivas, ressaltando a importância de garantir condições adequadas para a inclusão e a permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior brasileiras.

**Palavras-chave:** Educação especial. Ensino superior. Pessoa com Necessidade Específica. Políticas de Inclusão.

### **IF IT'S EDUCATION, WHY DOES IT HAVE TO BE INCLUSIVE? THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND NEEDS IN HIGHER EDUCATION IN ENGLISH**

#### **ABSTRACT**

This article addresses the question "Whether it is education, why does it need to be inclusive?" focusing on the inclusion of people with disabilities and specific needs. The central study line problematizes the access and permanence of people with disabilities in higher education. It also discusses the inclusive education concepts according to the Brazilian law of inclusion of the person with a disability (Law nº 13.146/2015). This article uses the term "person with specific needs" to designate the target audience of inclusive policies, offering technical, theoretical, and political justifications for the inclusion processes and the permanence of these individuals in higher education. It is, in a methodological aspect, a literature review that encompasses the scientific productions published between 2016 and 2020. This time frame allows a theoretical and critical analysis of the productions that address the Inclusive education problem in higher education, mainly in communitarian universities. The study shows the main challenges and progress in implementing inclusive policies and sheds light on the importance of ensuring adequate conditions for the inclusion and permanence of people with disabilities in Brazilian higher education institutions.



**Keywords:** Special education; Higher education; Person with specific needs; Inclusion policies.

## SI ES EDUCACIÓN, ¿POR QUÉ TIENE QUE SER INCLUSIVA? LA INCLUSIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD Y NECESIDADES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR TÍTULO EN ESPAÑOL

### RESUMEN

Este artículo aborda la cuestión 'Si es educación, ¿por qué tiene que ser inclusiva?', centrándose en la inclusión de personas con discapacidad y necesidades específicas. El eje central del estudio problematiza el acceso y la permanencia de las personas con discapacidad en la educación superior, además de discutir concepciones de educación inclusiva a la luz de la Ley Brasileña de Inclusión de la Persona con Discapacidad (Ley n° 13.146/2015). El artículo defiende la nomenclatura 'persona con necesidades específicas' para designar al público objetivo de las políticas inclusivas, ofreciendo justificaciones técnicas, teóricas y políticas para los procesos de inclusión y permanencia de estos individuos en la educación superior. La metodología utilizada fue una revisión de la literatura, abarcando producciones científicas publicadas entre 2016 y 2020. Este recorte temporal permite un análisis teórico y crítico de las producciones que tratan la problemática de la Educación Inclusiva en la educación superior, especialmente en universidades. El estudio evidencia los principales desafíos y avances en la implementación de políticas inclusivas, resaltando la importancia de garantizar condiciones adecuadas para la inclusión y permanencia de las personas con discapacidad en las instituciones de educación superior brasileñas

**Palabras clave:** Educación especial; Educación superior; Persona con Necesidad Específica; Políticas de Inclusión

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, primeiramente, um panorama da forma como se constituiu a educação superior no Brasil, abordando como eixo central o modelo de instituição de educação superior intitulado Universidades Comunitárias. O objetivo é problematizar as questões que envolvem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência<sup>1</sup> no ensino superior e as concepções de educação inclusiva, a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional n° 13.146 (Brasil, 2015), bem como uma reflexão

<sup>1</sup> Cabe destacar que o termo Pessoa com Deficiência hoje é utilizado pela legislação internacional e nacional, adotado na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) aprovada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008 (Brasil, 2008).



acerca da nomenclatura pessoa com necessidades específicas (PNE). A problemática do emprego dos termos e dos discursos se faz do ponto de vista da realidade em que a terminologia é utilizada e reflete um dado momento histórico, mas nem sempre o termo, que hoje nos revela preconceito, era visto assim em outra época (Maciel, 2020).

A educação, de modo geral, em qualquer nível, deveria ser inclusiva, sem a necessidade de uma concepção teórica que defenda os processos inclusivos. Entretanto, a educação no Brasil foi, desde sempre, construída de forma excludente com pressupostos tributários. Junqueira (2013, p. 482) argumenta que a sociedade é moldada por um conjunto de normas, valores e crenças que têm o efeito de marginalizar e inferiorizar aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos, como o masculino, adulto, branco, heterossexual, burguês e saudável. Indivíduos que fogem a essas normas são frequentemente vistos como inferiores, estranhos, pervertidos, criminosos, contagiosos e até mesmo pecadores. Essas normas rígidas criam uma hierarquia social que desumaniza e exclui aqueles que não correspondem a essas expectativas dominantes.

Desse modo, se a sociedade brasileira se constituiu de forma excludente, segregadora e discriminatória, operando em modelos do eurocentrismo, “[...] tudo isso nos remete à herança de uma educação tradicional, de origem europeia” (Weschenfelder, 2021, p. 119), como os próprios modelos de educação, os quais estão ancorados em uma visão segregadora que já está na forma como as escolas estão organizadas. Conforme Louro (1997, p. 57), a escola, desde seus primórdios, tem exercido um papel distintivo, separando sujeitos e criando hierarquias por meio de mecanismos de classificação, divisão interna e diferenciação social.

As estratégias de exclusão utilizadas na escola foram replicadas e aperfeiçoadas na educação superior, talvez porque as primeiras instituições implementadas no Brasil, em sua maioria, tinham como mantenedoras organizações religiosas com ideologias de caráter religioso, cuja visão de educação voltava-se a sua transformação em lucros (Pinto, 2008). Sendo assim, o acesso ao ensino superior era visto um modo regulador e de poder, proporcionado para poucos, poder esse que produz inúmeras violências, já que “só existem



relações de poder em condições de reações, do contrário, não falamos de poder, mas de violência” (Dal’Igna; Sansone, 2023, p. 55).

A partir de a década de 1980, houve uma crescente no acesso à educação como um todo no Brasil, especialmente na Educação Superior. Segundo Pinto (2008), houve mudanças na concepção de mundo e na organização da sociedade, em função de reflexos de transformações mundiais nos contextos político, econômico e social, marcadas, principalmente, pela expansão da economia globalizada e da ideologia neoliberal. E, a partir do início da década de 1990, houve um forte investimento na educação superior como forma de “Estado de bem-estar social”, implementado a partir da era de Getúlio Vargas, em seu regime do Estado Novo, quando projetos políticos foram elaborados na intenção de mudar a situação de classe da ralé brasileira<sup>2</sup> (Souza, 2013, p. 349). Isso propiciou um grande investimento na educação superior por parte do setor privado e levou a uma diminuição de recursos em termos de investimento para a educação pública por parte dos governos federal e estaduais (Pinto, 2008). Todo esse deslocamento resultou no “fortalecimento de um movimento, iniciado na década de 1980, em favor das Universidades Comunitárias” (Vannucchi, 2004, p. 11).

Segundo Hermany e Juruena (2016), a universidade comunitária, entre outras, tem como característica um

[...] compromisso moral e social, haja vista o contexto em que ela se insere, qual seja, o espaço local, entendido no seu sentido amplo, do Município- -sede e das regiões de sua respectiva atuação. Para tanto, fundamental tratar da relação da esfera local e do princípio da subsidiariedade, pois sua identificação com o espaço de poder mais próximo do cidadão permite articular seus pressupostos constitutivos com o diferencial das universidades comunitárias (Hermany; Juruena, 2016, p.119).

De tal modo, percebe-se que as Universidades Comunitárias têm como princípio questões sociais, de bem-estar, de estratégias para interação e inclusão de comunidades/bairros e comunidades universitárias/estudantes por meio de políticas de inclusão: “[...] las alianzas y las sinergias entre los estudiantes y el barrio constituyen la

<sup>2</sup> Sobre Ralé Brasileira, indico SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009



sustancia misma del proyecto educativo” (Roca; Canal, 2002, p. 147). As universidades comunitárias possuem características distintas que as diferenciam de outras instituições de ensino superior. Algumas das principais características incluem, o i) compromisso com a comunidade: universidades comunitárias têm um forte vínculo com a comunidade local. Elas se comprometem a atender às necessidades educacionais, culturais, sociais e econômicas da região onde estão inseridas. ii) Acesso e inclusão: essas universidades promovem políticas de acesso e inclusão, frequentemente oferecendo programas de apoio financeiro, bolsas de estudo e iniciativas para a inclusão de estudantes de grupos sub-representados, incluindo pessoas com deficiência. iii) Responsabilidade social: elas desempenham um papel ativo na promoção do desenvolvimento social e econômico da região, através de projetos e iniciativas que beneficiam diretamente a comunidade local.

## MÉTODO

Nesta seção, descreve-se o método utilizado para realizar a revisão de literatura focada na problemática da Educação Inclusiva no ensino superior, com um recorte temporal das produções científicas compreendidas entre os anos de 2016 e 2020. Essa abordagem permitiu uma análise teórica e crítica das pesquisas mais recentes sobre o tema, explorando tendências, desafios e avanços no campo da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas nas instituições de ensino superior brasileiras. Para o desenvolvimento da revisão, foram percorridas as cinco etapas: 1) estabelecimento de hipótese ou questão de pesquisa; 2) amostragem ou busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão e 5) interpretação dos resultados (Mendes; Silveira; Galvão. 2008 apud Oliveira, 2016, p. 301), com o fim de garantir o rigor metodológico do estudo. E, para realizar a discussão e análise dos artigos selecionados, utilizaram-se como princípio ético e teórico as premissas dos metodológicos da investigação (Dal’igna, 2011): (1) exercite a suspeita; (2) assumam suas intenções; (3) abandone a pretensão de totalidade e (4) adote uma postura ética.

Como repositório de busca, foi selecionada a plataforma SciELO, a qual possibilitou o acesso a pesquisas recentes sobre o tema. Essa escolha visou explorar tendências, desafios e



avanços na inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas nas instituições de ensino superior brasileiras, procurando artigos com as palavras-chave, listadas no quadro que segue.

**QUADRO 1 – Palavras-chave utilizadas na busca de referenciais teóricos**

1. Pessoa com Deficiência AND Ensino superior;
2. Pessoa com Deficiência AND Universidade Comunitária
3. Necessidade Específica AND Educação Superior
4. Pessoa com Necessidade Específica OR Pessoa com Necessidade especial
5. Educação Superior AND Universidade Comunitária
6. Educação Especial AND Ensino superior

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

Nesta busca, foram encontrados no total 252 resultados, com as combinações conforme o quadro acima. Como processo de refinamento dos dados, fez-se uma última busca com as palavras-chave: Educação especial AND Ensino superior, chegando, assim, ao resultado de 168 artigos<sup>3</sup>. E, após a leitura dos resumos, identificou-se que desses apenas cinco trabalhos tinham como temática central a Educação Inclusiva no ensino superior, os quais são apresentados no Quadro 2.

**QUADRO 2- Artigos selecionados para revisão**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PERÍODICO</b>	<b>ANO</b>
Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras	Ana Paula Camilo Ciantelli Lúcia Pereira Leite	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22	2016
Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras	Leonardo Santos Amâncio Cabral Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 3	2017
O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão	Vinícius Neves de Cabral Rosimeire Maria Orlando Márcia Ferreira Melettil	Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45	2020

<sup>3</sup> Informa-se que, ao realizar a busca na base de dados, não foram encontrados artigos publicados após o ano de 2021 que possuíssem a relevância necessária para a proposta de pesquisa da revisão bibliográfica requerida, especialmente no que diz respeito à temática central de Educação Inclusiva no ensino superior. Assim, justifica-se a ausência de artigos dos anos de 2021, 2022 e 2023 na referida revisão bibliográfica



Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual	Jacqueline Caroline Costa Frederico Adriana Lia Friszman De Laplane	Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.3	2020
Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao ensino superior	Maria Cecília Alvim Guimarães Adriana Araújo Pereira Borges Adriana Valladão Novais Van Petten	Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.27	2021

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

A análise teórica dos artigos listados anteriormente revela que, embora as políticas e práticas de educação inclusiva no Brasil tenham avançado, há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar a verdadeira inclusão no ensino superior. As instituições de ensino precisam não apenas garantir o acesso, mas também promover a participação ativa e a formação adequada dos estudantes com deficiência. Os desafios destacados nos estudos, como as barreiras estruturais, a falta de recursos e a resistência cultural, exigem uma abordagem mais integrada e comprometida com a promoção da igualdade de oportunidades para todos. A inclusão, como mostram esses artigos, deve ser entendida como um processo contínuo, que requer esforços persistentes e uma revisão constante das práticas educacionais e institucionais.

A análise dos artigos selecionados aborda uma questão central na educação brasileira: a inclusão de pessoas com deficiência desde a educação básica até o ensino superior. Cada estudo traz à tona aspectos distintos desse amplo tema, explorando desde as políticas públicas até as práticas institucionais que influenciam a trajetória educacional dessas pessoas. A partir dos problemas e perguntas de pesquisa, os artigos visam compreender em que medida as políticas de inclusão, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), têm impactado a vida escolar dos estudantes com deficiência, bem como identificar os fatores que ainda limitam a efetiva inclusão nas universidades brasileiras. A introdução desses artigos permite delinear um quadro geral da inclusão educacional no Brasil, identificando tanto os avanços quanto as persistentes lacunas no atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência. A análise conjunta dessas pesquisas oferece uma visão crítica e multifacetada das práticas e políticas de inclusão, essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.



A partir da seleção dos cinco artigos objeto de análise, buscou-se identificar nessas produções o tema, o problema de pesquisa, os objetivos e o método, conforme se apresenta no quadro a seguir.

**QUADRO 3** – Aspectos analisados nos artigos selecionados

<b>TEMA/ASSUNTO</b>	<b>PERGUNTA/PROBLEMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>MÉTODO</b>
Alunos com Deficiência da Educação Básica ao ensino superior	Compreender em que medida as políticas afetaram o percurso das pessoas com deficiência e identificar quais outros fatores contribuíram para a inclusão e o desenvolvimento delas ao longo da Educação Básica até a sua chegada ao ensino superior.	Analisar o impacto da PNEEPEI nas trajetórias escolares de uma amostra de estudantes cotistas de uma Instituição de ensino superior (IES) do Brasil antes do ingresso nesse nível de ensino.	Estudo qualitativo baseado na coleta de dados por meio de questionário e entrevista.
Exclusão nas Universidades Brasileiras	Analisar o que os micro dados da Educação Superior revelam a respeito das matrículas dos estudantes alvo da área da Educação Especial nas universidades brasileiras e analisar por que os pesquisadores raramente consideram a dialética da inclusão e exclusão.	Apresentar um panorama do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior no Brasil.	Coleta de dados acerca do setor do ensino superior brasileiro. Os resultados são publicados e providenciados no site do INEP na forma Resumo Técnico, Sinopse Estatística e Micro dados.
As normatizações inerentes à promoção do acesso de estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial às instituições de ensino superior (IES)	A normatização do atendimento destinado à população com deficiência no ensino superior nem sempre indica a legitimação de seus direitos.	Análise crítica acerca da normatização e legitimação do acesso e da participação do público-alvo da Educação Especial.	Estudo exploratório no âmbito das cinco regiões brasileiras, envolvendo as 54 universidades federais que declararam ter, em seu



			organograma institucional, Núcleos de Acessibilidade.
Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras, na perspectiva da Educação Inclusiva.	Debate sobre ações e funções dos núcleos de acessibilidade, uma nova realidade nas universidades federais para a promoção do acesso e da permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.	Traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES.	Coleta de dados ocorreu pela consulta eletrônica ao documento Orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b) no site do MEC, a fim de localizar as universidades públicas federais brasileiras beneficiadas nessa chamada, sendo encontradas 55 instituições de ensino superior com a presença de núcleos de acessibilidade ativos ou em fase de desenvolvimento (nomeados então de Comitês de Acessibilidade).



Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual	O estudo propõe a investigação das formas de participação social e escolar das pessoas com deficiência intelectual.	Este estudo propõe a investigação das formas de participação social e escolar das pessoas com deficiência intelectual.	Trata-se de um estudo quanti-qualitativo que considera dados categoriais e analisa as relações possíveis entre os dados, a legislação vigente e a literatura especializada.
---	---	--	---

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

Após uma análise cuidadosa dos artigos selecionados, tornou-se evidente que a Educação Inclusiva no ensino superior enfrenta diversos desafios significativos para sua efetiva consolidação.

## DISCUSSÃO

Os resultados da análise dos artigos selecionados mostram que as dificuldades das pessoas com necessidades específicas no ensino superior frequentemente estão enraizadas nos processos educativos vivenciados pelos estudantes durante sua trajetória na escola básica. Muitos chegam ao ensino superior com lacunas de aprendizagem significativas e carregando inúmeras experiências de violência. É crucial questionar a naturalização dessas violências, que podem se manifestar através de humilhações, segregações, guetizações e outras formas de exclusão. Questionar a naturalização das violências — humilhações, segregações, guetizações, distintas formas de exclusão —, e os seus efeitos mais perversos (Dal’Igna; Sansone, 2023), presentes na maior parte das trajetórias desses estudadas. Esses padrões negativos, uma vez internalizados e perpetuados ao longo da formação educacional, podem impactar profundamente a experiência acadêmica e social dos estudantes com deficiência no ambiente universitário.

Portanto, a promoção de uma Educação Inclusiva verdadeira e eficaz no ensino superior não se limita a políticas de acessibilidade física e tecnológica, mas também exige



uma revisão crítica das práticas educativas e culturais que perpetuam essas violências e exclusões. É necessário um compromisso contínuo das instituições de ensino e da sociedade em geral para criar ambientes educacionais que sejam verdadeiramente inclusivos, acolhedores e que respeitem a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes. Destaca-se, ainda, que a maioria dos estudantes com deficiência são estudantes com deficiência intelectual. Já em relação ao mercado de trabalho, entre todas as deficiências, a deficiência intelectual apresenta menores índices de participação (Frederico, 2020).

As análises também apontam caminhos para a necessidade de levar-se em consideração esse estado de coisas para ampliar e formular novas políticas de participação social. De acordo com Frederico (2020),

a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) defende a igualdade de oportunidades e de remuneração, acesso aos programas de formação inicial e continuada, serviços de colocação no mercado de trabalho e possibilidade de ascensão profissional, além de garantir as adaptações necessárias para viabilizar o trabalho dessas pessoas em diferentes ambientes (Frederico, 2020, p.471)

Os resultados apontam caminhos que destacam a necessidade urgente de considerar esse estado de questões ao formular e ampliar políticas de participação social no contexto da Educação Inclusiva no ensino superior, sem que esses sujeitos estejam vistos pelo sistema como pessoas à parte do grupo social (Maciel, 2020). Os resultados revelaram também que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência não são apenas individuais, mas de todos os sujeitos que apresentam algum comportamento fora da norma, aqui nomeados de pessoas com necessidade específicas, o que reflete as estruturas sociais e educacionais mais amplas que precisam ser enfrentadas de forma colaborativa e integrada. Nesse sentido, é fundamental promover um diálogo aberto e contínuo entre universidades, comunidades escolares, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. Essa colaboração pode viabilizar a criação de políticas inclusivas que garantam o acesso e também abordem as barreiras sociais e culturais que perpetuam a exclusão e a marginalização.

Nesse sentido, denota-se que a temática da educação inclusiva no contexto do ensino superior reflete uma evolução histórica significativa e representa um imperativo moral e social para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa, mesmo sabendo dos grandes



desafios impostos nessa inclusão muitas vezes degradante (Martins, 1998). Ao reconhecer e confrontar esses desafios abre-se espaço para a formulação de novas estratégias que promovam a participação ativa e igualitária de todos os estudantes no ambiente universitário. Isso não apenas fortalece a qualidade da educação superior, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente das necessidades e potenciais de cada indivíduo.

Os resultados, ademais, apontam que as medidas governamentais priorizaram a expansão de instituições privadas, enquanto a representação de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras continua sendo um cenário de exclusão (Cabral, 2020). Percebe-se, todavia, que vivemos um avanço, principalmente após a Lei 13.146 (Brasil, 2015), mas que esses avanços em torno das normatizações jurídicas para assegurar o direito das pessoas com deficiência na educação superior ainda apresentam um distanciamento entre o que está posto no discurso legal e o que se vê na prática do cotidiano das Instituições e as condições efetivas para uma plena participação de sucesso acadêmico (Cabral, 2020) e social dos sujeitos no contexto universitário, de permanência e educação de qualidade.

Um dos artigos identificou questões relacionadas às condições de acessibilidade nos âmbitos arquitetônicos, comunicacionais, instrumentais, metodológicos e programáticos. Identificaram-se as ações que estão sendo realizadas pelos núcleos e comitês de acessibilidade (Ciantelli, 2016) na busca de compreender quais barreiras ainda precisam ser superadas para que estudantes com deficiência possam participar mais ativamente do contexto acadêmico com vistas à conclusão de ser percursos formativos. Entende-se que esses núcleos podem atuar como agentes da garantia de direito ao compreender “a acessibilidade como linguagem, ética, estética, acontecimento e intervenção, que beneficiem pessoas que compõem a Diversidade ou não” (Sansone, 2024, p. 14), o que demonstra a importância crucial dos núcleos de apoio ao discente no contexto da Educação Inclusiva no ensino superior. Esses núcleos desempenham um papel fundamental na promoção da acessibilidade física e acadêmica e atuam como agentes na garantia dos direitos dos estudantes ao compreenderem a acessibilidade como uma linguagem multifacetada. A acessibilidade transcende, assim, o



simples acesso físico; ela é uma linguagem que permeia aspectos éticos, estéticos e de intervenção pedagógica.

Esses espaços não apenas facilitam o acesso a recursos e serviços adaptados, mas também promovem a conscientização e a educação sobre a diversidade. Ao integrar práticas inclusivas em sua estrutura e funcionamento, os núcleos de apoio ao discente desempenham um papel essencial na construção de uma comunidade acadêmica mais justa, equitativa e encorajada para enfrentar os desafios contemporâneos da educação superior. Dessa forma, reforça-se a importância contínua de investir em políticas e estratégias que fortaleçam esses núcleos como agentes de transformação, garantindo que todos os estudantes possam participar plenamente da vida acadêmica, contribuindo assim para um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo e enriquecedor para todos.

Este estudo evidencia que o tema educação inclusiva ainda precisa ser amplamente discutido, pois a forma como a educação está organizada no Brasil, principalmente nas Instituições de ensino superior, não consegue atender questões mínimas para uma educação de qualidade para todos e todas. A complexidade desse trabalho requer inúmeros arranjos pedagógicos, “combinações e decomposições para conceituar os movimentos, as ações em rede que visam a convergência de recursos didático-pedagógicos”, conforme propõe Pacheco e col. (2018). A terminologia "educação inclusiva" é mais do que uma simples expressão; ela carrega consigo uma profunda carga política e social, sendo um chamamento para um olhar atento e cuidadoso sobre a educação de todos e todas, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Embora possamos sonhar com um futuro em que possamos falar apenas em "educação", sem a necessidade de qualificativos, a realidade atual exige que mantenhamos o termo "educação inclusiva" em destaque. Isso porque ele reforça a necessidade de práticas pedagógicas que levem em conta as especificidades de cada estudante, reconhecendo a diversidade como uma força e não como um obstáculo ou barreira.

No Brasil, especialmente nas Instituições de ensino superior, o uso da terminologia "educação inclusiva" ainda se faz essencial. A forma como a educação está organizada atualmente muitas vezes falha em atender às necessidades mínimas para garantir uma



educação de qualidade para todos e todas. A manutenção e promoção desse termo são, portanto, necessárias para assegurar que as políticas e práticas educacionais sejam verdadeiramente inclusivas, adaptando-se às demandas e aos desafios de uma população estudantil cada vez mais diversa.

A educação de qualidade para todos, indiferentemente de suas especificidades, é garantida desde o ano 1988, na Constituição Federal Brasileira. Além disso, foram criadas mais outras duas leis que regulamentam e complementam a do direito à educação a todos e todas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, Art. 5º). A discussão sobre a educação inclusiva inscreve-se, assim, na discussão sobre o direito de todos e todas à educação com igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com qualidade e sucesso. Cabe destacar que a deficiência ou necessidade não pode ser o balizador que qualifica e determina a especialidade, a capacidade e o caráter das pessoas (Maciel, 2020). Os autores, Franco e Gomes (2020, p. 204) ressaltam a necessidade de desconstruir a ideia de homogeneização no ambiente escolar, entendendo o fracasso escolar como um fenômeno a ser combatido pelas propostas inclusivas, para evitar a evasão e retenção de estudantes.

Destaca-se, ademais, que ainda se fazem necessárias as práticas alicerçadas na Educação Inclusiva para garantia de direitos desses estudantes e para minimizar as violências, exclusões e segregações. Em conclusão, o presente artigo evidencia que, apesar dos avanços legais e teóricos, a inclusão de pessoas com necessidade específicas no ensino superior brasileiro ainda enfrenta muitos desafios. A questão da terminologia<sup>4</sup>, que muitas vezes é utilizada para nomear esses sujeitos, também “deflagra preconceitos diversos e pode ser a causa de exclusão social haja vista que a pessoa é estigmatizada” (Maciel, 2020. p. 57).

---

<sup>4</sup> Para maior compreensão histórica sobre terminologia da pessoa com deficiência no Brasil, sugere-se a leitura de SASSAKI, (2003, p. 160-165).



A implementação da Educação Inclusiva é fundamental para garantir os direitos desses estudantes e para minimizar as práticas de violência, exclusão e segregação que ainda ocorrem nas instituições de ensino superior. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a adoção da nomenclatura "Pessoa com Necessidade Específicas" representam passos importantes na direção certa, mas é necessário que as práticas educacionais e as políticas públicas se alinhem efetivamente a esses princípios.

Buscando ampliar essa reflexão, busca-se apoio em Rosolem (2020), entendendo que pessoa com necessidade específica (PNE) é aquela que

[...] precisa de qualquer ajuste ou alteração para que tenha igualdade de oportunidades, ou seja, apresenta alguma necessidade específica para eliminar ou minimizar as barreiras que obstruem a sua integral participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Exemplos de PNE não contemplados por legislações educacionais, como os Transtornos Funcionais Específicos: Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dislalia, Disortografia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; Transtornos Mentais, Psicológicos ou Psiquiátricos: Transtorno de Ansiedade, Depressão, Transtorno Obsessivo Compulsivo, entre outros; Geracionais: como a idade que pode dificultar a locomoção; e Necessidades Transitórias: adoecimento, acidente, gestação, lactante, etc.. [...] (Rosolem, 2020, p.3).

A representatividade da pessoa com necessidades específicas, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na defesa de seus direitos dentro da sociedade, já que muitas estão invisibilizadas ou rotuladas de déficit apenas por apresentar determinada diversidade (Maciel, 2020). Mais do que uma simples designação, ser uma pessoa com necessidade específica implica reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades, experiências e desafios enfrentados por indivíduos com diferentes tipos de especificidades. Essa representatividade é essencial para ampliar a conscientização pública sobre as necessidades e direitos dessas pessoas, combatendo estigmas e preconceitos que frequentemente as cercam, entendendo que todos e todas são imperfeitos, isso porque a “crítica contemporânea a estes termos consiste na ausência da palavra pessoa pelo fato do indivíduo estar sendo classificado por dotar uma característica anormal, diferente” (Maciel, 2020, p.60). Acredita-se, assim, que o presente artigo possa auxiliar na discussão epistemológica, entendendo o uso da expressão pessoa com necessidades específicas a forma



mais adequada de nomear o público-alvo das políticas e para os processos inclusivos de permanência dos sujeitos na educação superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com este estudo, que, enquanto persistirem as dificuldades de inclusão e permanências das pessoas com deficiência ou necessidades específicas no ensino superior enquanto não haja uma garantia de que esse público possa aprender no espaço escolar, o termo "educação inclusiva" não apenas faz sentido, mas é imprescindível para avançar na construção de uma educação que realmente acolha e valorize cada indivíduo em sua singularidade.

Sendo assim, é imprescindível que as universidades e outras instituições de ensino superior continuem a desenvolver e aplicar estratégias inclusivas que promovam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Para tanto, é vital um compromisso contínuo com a formação de professores e professoras, a adaptação de infraestrutura e a criação de ambientes educacionais acolhedores e acessíveis.

Com base no estudo desenvolvido, é apenas através de uma educação verdadeiramente inclusiva será possível assegurar que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e profissional, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 22 jun. 2024.

CABRAL, V. N.; ORLANDO, R. M.; MELETTI, F. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **R. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/N7wznqypPrbr4zRJddrDsNb/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-19, e-rte341202515, 2025.**



CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Rev. Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul.-Set., 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

DAL'IGNA, Maria. Claudia. **Família S/A** - Um estudo sobre a parceria família escola. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36536> . Acesso em: 02 jul. 2024.

DAL'IGNA, Maria Claudia; SANSONE, R. C. Vidas Queer na Escola: Violências e Resistências. **Revista Diversidade e Educação**, v. 11, n. 1, p. 47-68. Disponível em:  
<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15442>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FRANCO, Renata Maria da Silva e GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Rev. Psicopedagogia**, 2020, vol.37, n.113. Disponível em:  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-84862020000200007](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862020000200007). Acesso em: 02 jul. 2024.

FREDERICO, Jacqueline Caroline Costa y LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.3, p.465-480, Jul.-Set., 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/r4nbdV8mLHZ7Jw5pFp79R7n/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério. Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em:  
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 02 jul. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Educação e Realidade, v.25, n. 2, p. 59-76, jul.-dez., 2000.

MACIEL, Álvaro. Santos. Um estudo sobre a evolução das Terminologias da Expressão Pessoas com Deficiência: A proposição de uma nova nomenclatura como concretização da dignidade humana contemporânea. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Evento Virtual, p. 56 - 78, 01 jun. 2020. Disponível em:  
<https://indexlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/6600/0>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MARTINS, José. de Souza. **O problema das migrações no limiar do terceiro milênio**. O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais. Tradução. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001030793> . Acesso em: 27 jun. 2024.



HERMANY, Ricardo; JURUENA, Cynthia . As universidades comunitárias e a sua relação com o fortalecimento da esfera local. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 33-47, jul./dez. 2016. Disponível em:

<https://cnm.org.br/storage/biblioteca/As%20universidades%20comunit%C3%A1rias%20e%20a%20sua%20rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20fortalecimento%20da%20esfera%20local.pdf> . Acesso em: 27 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.** vol.22, n.2, pp.299-314. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8wByDpCFKDtSL3SQDMTQWn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PACHECO, Suzana. Moreira. *et al.* **Inclusão no ensino superior**: os arranjos pedagógicos de uma equipe multidisciplinar I. In: IV Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares., 2018, Lisboa. Livro do Colóquio: Conferências e Mesas redondas, Simpósios e Comunicações. Resumos. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2018. p. 98-98.

PINTO. Bunhi, Rafael. Ângelo. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 14, núm. 1, p. 185, mar, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/303/304>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ROCA, Joaquín García; CANAL, Guillermo Mondaza. **Jóvenes, Universidad y compromiso social**: una experiencia de inserción comunitária. Madrid: Narcea, 2002.

ROSOLEM, Loretta. VICENTINI, Cleverson. Flexibilização curricular e transtorno do espectro autista: NAPNE e codocência para a permanência e o êxito na educação profissional, científica e tecnológica. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012919, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12919>. Acesso em: 02 jul. 2024

SANSONE, Ruan Carlos. **“Bixinha. Eu nem sabia o que era isso até entender que eles estavam tentando me ofender”**: narrativas de pessoas LGBT sobre a escola. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANSONE, Ruan Carlos; COSTA, Angélica. **Núcleo de Atenção ao Estudante**: Arranjos Possíveis para Permanência de Pessoas com Deficiência no ensino superior. Anais do II Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos, volume 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisdoseminarioeducacaodiversid/article/view/1233/1092>. Acesso em: 20 jun. 2024.



SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi - Fundação Banco do Brasil, 2003. Série Diversidade.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WESCHENFELDER, V. I. Um/a professor/a comprometido/a com as diferenças. In: LIMA, Samanta D. (Org.). **Cartas ao professor iniciante**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 103-112. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/farroupilha/wp-content/uploads/sites/12/2021/03/CARTAS-ao-professor-iniciante\\_versao-digital.pdf](https://ifrs.edu.br/farroupilha/wp-content/uploads/sites/12/2021/03/CARTAS-ao-professor-iniciante_versao-digital.pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.

#### SOBRE A AUTORIA:

[\*] Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social - Universidade Feevale – <https://orcid.org/0000-0002-4182-380X> - ruancarlossansonerodrigues@gmail.com

[\*\*] Doutora em Educação - Universidade Feevale – <https://orcid.org/0000-0002-7122-1025> - dinora@feevale.br

[\*\*\*] Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Doutora em Letras - Universidade Feevale – <https://orcid.org/0000-0003-0658-5508> - rosel@feevale.br

---

Submetido em: 30 de Agosto de 2024.

Aprovado em: Novembro de 2024.

Publicado em: Janeiro de 2025.